

Ashjan Sadique Adi  
Fábio Bacila Sahd  
(Orgs.)

ORIENTE MÉDIO E PALESTINA PESQUISADOS A  
PARTIR DO BRASIL: REFLEXÕES ACADÊMICAS,  
MARGINAIS E CRÍTICAS

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais  
Navegando Publicações

2020



NAVEGANDO

## REFLEXÕES TEÓRICO-CRÍTICAS SOBRE HISTÓRIA E ORIENTE MÉDIO: REVISITANDO O TEMA\*

*Fábio Bacila Sahl*<sup>1</sup>

Já se passou quase uma década desde que escrevi “Oriente médio desmistificado” que, em realidade, é um compilado de artigos com temáticas diversas que apresentei em eventos acadêmicos e ampliei. Na ocasião, enquanto estava finalizando o mestrado, já senti a necessidade de escrever sobre o básico, os fundamentos de uma visão crítica sobre o Oriente Médio, que garantisse aos leitores e leitoras um contraponto às representações enraizadas no senso comum e veiculadas pelas grandes mídias, geralmente superficiais e eivadas de preconceitos. Pensara em uma obra que constituísse uma resposta inicial à maioria dos questionamentos, lugares comuns e incompreensões sobre o tema. Embora com ainda menos capacidade teórica que hoje, ousei fundamentar o livro em uma premissa básica, que até então continua basilar em minha compreensão das realidades médio-orientais: a impossibilidade de interpretar seus fatos e conjunturas descolados da ingerência “ocidental” na região, cujos primórdios remontam, no mínimo, ao século XIX.

Já na época estava consciente que, nas narrativas hegemônicas sobre o Oriente Médio, a dimensão estrutural e temporal mais profunda de seus eventos é, geralmente, ignorada. Sobre isso, penso hoje que, jamais devemos menosprezar a desinformação despropositada provocada por pessoas ignorantes que, ocupando espaços importantes nos principais meios de comunicação, veem-se obrigadas a narrar os fatos, e por isso os distorcem. Quando escrevi “Oriente Médio desmistifica-

---

\* DOI - 10.29388/978-65-81417-18-5-0-f.25-44

<sup>1</sup> Professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão, Campus III. Graduado e mestre em história, respectivamente pela UFPR e UEM, e doutor em ciências pelo programa “Humanidades, direitos e outras legitimidades”, da USP.

do”, no calor da mocidade, considerei tão somente as linhas editoriais que, estão afinadas com uma visão “pró-Occidental” hegemônica. Estas continuam a existir e, inclusive, há nelas até pseudointelectuais que, de forma muito tosca, não se limitam a ignorar os duradouros efeitos do imperialismo na região, mas buscam reduzir o resgate dessa história mais longa a um “ardil” “esquerdista” voltado a, supostamente, desviar a atenção dos “verdadeiros culpados”, que seriam as forças tradicionalistas e antimodernizadoras, sobretudo o islamismo político, que resistem à lógica “benemérita” e “inevitável” da globalização.

Fico contente de, a quase uma década atrás, quando minhas pesquisas na área ainda estavam em uma fase muito incipiente se comparadas com hoje, já estar tanto vacinado contra essa picaretagem intelectual reducionista e ideologizante quanto consciente da necessidade de estudar os eventos na longa duração, ainda que me faltassem recursos teóricos e metodológicos fundamentais, que fui adquirindo com o tempo. A leitura que fiz então do pensamento político árabe e dos acontecimentos médio-orientais centrado no imperialismo foi muito influenciada e facilitada pelo acesso precoce que tive a obras de intelectuais de enorme respeito e prestígio, como Anuar Abdel-Malek e Edward Said. Seguindo os passos desses mestres, já deixava explícito que, ao abordar o Oriente Médio, pretendia denunciar a barbárie e desmistificar as representações hegemônicas estruturadas em torno do “terrorismo” e “fundamentalismo”. A proposta era produzir uma história crítica e combativa, em contrapartida às narrativas ideologizantes de autores como Samuel Huntington e Bernard Lewis. Olhando retrospectivamente, outro título possível para meu primeiro livro seria, parodiando o historiador Lucien Fébvre, “Combates pelo Oriente Médio”, dado seu caráter de disputa política e acadêmica, que encampava e visava constituir-se em linha auxiliar das críticas de Said à historiografia comprometida com a lógica e léxico imperialista e orientalista.

Continuo crítico aos vínculos de autores com o *establishment* político e ideológico, o que compromete o rigor e a criticidade de suas

análises. Mas, hoje, tenho mais segurança teórica para afirmar que, além dos problemas científicos inerentes a um posicionamento favorável aos poderes estabelecidos, seja ele assumido ou revestido de uma máscara de neutralidade, é forçoso recorrermos à longa duração dos eventos, seja no Oriente Médio ou em qualquer outro lugar, a fim de produzirmos uma historiografia mais consequente e consistente, evitando outra de nexos causal muito pobre e restrita à dimensão quase acontecimental. Esse criticismo em relação ao alinhamento com os poderes estabelecidos não exclui a outra face do mesmo risco teórico do engajamento: equívocos advindos de um abono cego e acrítico da narrativa de grupos oprimidos.

Em 2010, a exposição leninista sobre o imperialismo foi meu principal guia nessa perspectiva mais estrutural da história e, portanto, dos eventos médio-orientais. Ainda que desconheça até hoje as minúcias do pensamento marxista, que tenho me esforçado em estudar, penso que muito de tal premissa ainda é válido, à medida que permite uma análise melhor fundamentada dos acontecimentos, considerados em uma dimensão mais estrutural e sistêmica, que incorpora as temporalidades diversas dos objetos recortados e as conecta com aspectos materiais e econômicos. Em um texto recente que escrevi sobre a “Primavera Árabe” (2018), que teve mais cara de inverno, tentei igualmente pensar os acontecimentos regionais a partir da longa duração. Em sua explicação continuei a me fundamentar na estrutura criada pelo capital, mais especificamente em sua lógica expansionista irrefreável, também passível de ser compreendida a partir do conceito de imperialismo. Contudo, agora, meu embasamento para essa abordagem da história lenta ou longa foi além da longa tradição do materialismo histórico marxista, dialogando também com os primeiros *Annales*, mais especificamente com Fernand Braudel e suas estruturas da história.

Não ignoro de todo as críticas pós-modernas a esse tipo de abordagem, mas não as subscrevo, pois não só considero factível uma

história analítica e explicativa como defendo que o conhecimento produzido por ela é imprescindível na sustentação do próprio campo historiográfico, fechando as portas aos falsários. Portanto, concordo com os autores que, a exemplo de Chartier e Ginzburg, insurgiram-se contra a “máquina de guerra céptica”, que “recusa à história qualquer possibilidade de dizer a realidade e separar o verdadeiro do falso”. A ambição veritativa da história é fundante de sua condição de disciplina acadêmica, e há sim princípios de controle e verificação dos fatos narrados, que permitem separar histórias legítimas de abusos a partir da objetividade própria ao campo historiográfico, que também dispõe de um comportamento metódico peculiar.

Ao me valer de contribuições dos Annales e do marxismo para pensar acontecimentos médio-orientais em suas diferentes temporalidades, e mais especificamente, a partir da propagação global do sistema capitalista mundial, acabo por corroborar a análise de Carlos Aguirre Rojas e outros, que aproximam essas duas abordagens com base em suas semelhanças e interlocução. Acho também válido pensar nessa proximidade entre marxismo e os primeiros Annales a partir daquilo que, de forma didática, Ciro Flamarion Cardoso chamou de “paradigma moderno”, que se caracteriza justamente pela ênfase na razão humana e na capacidade interpretativa e de apreensão do real, buscando estender a legitimidade de métodos científicos aos estudos sociais. Resulta dessa perspectiva uma história “analítica, estrutural, explicativa”, com pretensão assumidamente científica e racional, portanto, que reivindica a inteligibilidade e explicação holística dos fatos. Recorro a um de seus maiores proponentes, Braudel (1986, p. 23), que na seguinte passagem faz a defesa dessa reivindicação, e ao mesmo tempo, deixa transparecer sua proximidade com o marxismo:

Um acontecimento, a rigor, pode carregar-se de uma série de significações ou de relações. Ele testemunha, às vezes, movimentos muito profundos, e, pelo jogo factício ou não das “causas” e dos “efeitos”, caros aos historiadores de ontem, anexa a si um tempo muito superior à sua própria duração. Extensivo ao infinito, ele se liga, livremente

ou não, a toda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes, e impossíveis, parece, destacar-se, desde então, umas das outras [...]. Em todo caso, é com relação a estas grandes extensões de história lenta que a totalidade da história pode ser repensada, como a partir de uma infraestrutura.

Seja para compreender de forma mais aprofundada a “Primavera” ou Inverno Árabe, seja o “terrorismo”, o “fundamentalismo”, a Questão Palestina ou ainda a Guerra Civil Síria, defendo hoje, com ainda mais veemência do que em 2010, a dependência que temos da longa duração e análise estrutural como fio condutor no labirinto do acontecimental. Enfatizar a longa duração da formação e expansão do sistema capitalista mundial, com seus efeitos duradouros e desiguais nas diferentes regiões, e elucidar quais são seus vetores contemporâneos, oferece uma explicação possível para os diferentes acontecimentos médio-orientais, embora devamos ter sempre presente que tampouco podemos reduzi-los a essa dimensão estrutural, sob o risco de ignorarmos as especificidades e anularmos os sujeitos da história. Sim, sem ignorar na íntegra as críticas pós-modernas aos centrismos ou “estruturalismos”, estou aqui a defender que é possível narrar com objetividade e legitimidade objetos da história e que, para tal, ainda é válido recorrer a esse referencial teórico mais amplo assentado na perspectiva das múltiplas temporalidades dos acontecimentos e no materialismo histórico, considerando especialmente a tendência expansionista do capital, entendida em suas manifestações como imperialismo e colonialismo.

No Oriente Médio, o fator de “longa duração” que me parece mais relevante é a duradoura e conflituosa inserção de suas sociedades no sistema capitalista mundial e na modernidade, o que foi ora imposto ora adotado como referencial ou negado como tal. Disputam os rumos locais tanto agentes internacionais quanto locais. Estes adotam diferentes posturas em relação ao “Ocidente”, que pode ser negado enquanto se defende um retorno aos fundamentos religiosos idealizados;

pode ter suas ideologias apropriadas abertamente, ou “arabizadas” ou “islamizadas” quando seus fundamentos são relacionados a elementos supostamente originários de culturais locais; ou ainda, há as elites e grupos locais que se beneficiam de relações privilegiadas com as potências e suas instituições, defendendo interesses comuns a elas.

Mais especificamente, é não só plausível como muito profícuo considerar a trajetória intelectual e política médio-oriental, do século XIX ao XXI, a partir do imperialismo e colonialismo, como manifestações da tendência expansionista irrefreável do capital, e compreender as propostas políticas locais como, em grande medida, respostas a essa presença, seja pela negação em suas diferentes vertentes, seja pela aceitação ou cooptação. Parafraçando Edward Said (1992, p. 78), o imperialismo seria a teoria e o colonialismo a prática de, na perspectiva “ocidental”, “transformar os subproveitados territórios desocupados do mundo em novas versões úteis da sociedade metropolitana europeia.”, com tudo “nesses territórios que sugira desperdício, desordem, recursos não contabilizados” sendo convertido em “produtividade, ordem e riqueza tachável e potencialmente desenvolvida”. Assim que, animais e humanos “improdutivos” e indesejados são “limpados” desses territórios, sendo elucidativas as metáforas utilizadas pelos primeiros sionistas em suas defesas da colonização e judaização da Palestina “vazia”, a despeito da população local a ser “transferida” ou confinada em “complexos, reservas nativas, nas quais é possível contar, tachar, usá-los com lucro, e se constrói uma nova sociedade no espaço tornado vago”, reproduzindo “pequenas Europas” em localidades distintas de todos os continentes. “As mais grotescas reproduções da Europa (África do Sul, Rodésia etc.) foram consideradas apropriadas, a pior discriminação e exclusão de nativos/as foram consideradas normais, pois ‘cientificamente’ legítimas.” Nessa ótica, os acontecimentos regionais são inseparáveis da lógica expansionista do capitalismo, desde ainda antes da partição anglo-francesa no Oriente Médio em mandatos por meio do acordo Sykes-Picot, durante a Primeira Guerra Mun-

dial, até os conflitos da Guerra Fria e as invasões estadunidenses no século XXI.

Concomitantemente ao imperialismo, o “orientalismo” também é indissociável dessa duradoura e conflituosa inserção do Oriente Médio na modernidade e no sistema capitalista mundial, e parte de um olhar para sua formação na longa duração. Se muitas das populações regionais já foram incluídas na categoria de “bárbaros”, em oposição à civilização greco-romana, tal estigma cultural continuou, aprofundando-se a ideia dos “infiéis” na Idade Média e, durante a Idade Moderna e Contemporânea, fundando-se um campo de saber acadêmico e literário cujo objeto é o “Oriente”. Há séculos, os povos da região, islamizados ou não, têm sido representados como um outro, mental e culturalmente inferior aos “ocidentais”, vivendo na promiscuidade, misticismo e barbárie. Tais representações estão presentes até em animações da Disney, como “Aladim”, em que, já no início, o narrador descreve o cenário da história como “um lugar onde sempre se vê uma caravana passar, é umaimensidão, um calor em exaustão, como é bárbaro o nosso lar [...]”. Outro exemplo, mais recente, é como as comidas árabes são representadas na animação “Festa da salsicha”, que reproduz todos os estigmas há séculos atribuídos a esses povos pela tradição orientalista. O orientalismo, com pretensões científicas, é indissociável da expansão “ocidental” pela região, legitimando-a e sendo legitimado por ela. Retomando as premissas saidianas - muitas das quais partilhadas por Boaventura de Sousa Santos (2010) e ressignificadas com novas metáforas - o “Oriente” é uma invenção do “Ocidente”, que assim funda sua identidade positiva a partir de um olhar etnocêntrico, teleológico e monocentrado sobre esse outro. Entender os acontecimentos regionais contemporâneos, bem como as formas como são representados e narrados, ainda requer, no mínimo, uma compreensão básica do orientalismo e do imperialismo, haja vista sua continuidade ininterrupta. No campo político-diplomático, o orientalismo ecoa desde o Tratado de Versalhes (assinado ao término da Primeira Guerra,



que em seu artigo 22 justificou os mandatos europeus na Ásia e África a partir da superioridade civilizacional ocidental) até as intervenções “humanitárias” no Afeganistão, Iraque, Líbia e Síria no século XXI, justificadas pela suposta desumanidade e barbárie de seus governantes.

Acompanha esses contatos interculturais assimétricos e violentos a resistência dos colonizados, que também se insere na longa duração do imperialismo e orientalismo. Creio não ter muito o que acrescentar aqui às reflexões já presentes em “Oriente Médio desmistificado” quanto à lógica do que se convencionou chamar de “terrorismo” e “fundamentalismo” islâmico. Continuam a ser utilizados nos discursos hegemônicos, antes do que conceitos acadêmicos interpretativos e explicativos, como “mitos políticos”, recursos linguísticos para deslegitimar o discurso do outro, esvaziando-o de qualquer historicidade e coerência interna. É óbvio que, na região, abundam atentados terroristas e grupos políticos que podem ser adequadamente classificados como fundamentalistas, inclusive com rigor conceitual. Contudo, longe de esforços classificatórios, tais adjetivos são generalizados e exclusivamente aplicados aos inimigos políticos, e assim, sujeitos e grupos concretos com uma pauta centenária de reivindicações anti-imperialistas são destituídos de uma lógica própria de atuação, sendo representados como os “bárbaros” contemporâneos, movidos tão somente pelas paixões, fé cega e ódio ao “Ocidente”. Ao mesmo tempo, as mesmas categorias não se aplicam aos colonos de fé judaica, inspirados por crenças messiânicas e milenaristas, e que promovem o terror entre a população palestina.

Fato é que as representações orientalistas continuam em voga, estando nossas lentes de leitura e representação intercultural viciadas com um grau tal que nos condicionam a ver esses outros como bárbaros. Se a violência política e o “fundamentalismo” podem ser compreendidos a partir também de elementos locais, é impossível interpretá-los, com alguma seriedade, se ignorarmos sua constituição como formas de resistência ao avanço “ocidental” na região, o que inclui a

oposição a governos vistos como seus serviçais. No entanto, em “Oriente Médio desmistificado”, penso ter, em alguma medida, exagerado a importância dos agentes internacionais na produção ou gestão desses conflitos, em detrimento de atores locais e regionais, no mínimo corresponsáveis, quando não responsáveis diretos pela barbárie. Se, no que concerne à região, o imperialismo nem tudo pode explicar, considerar minimamente a influência de seus agentes é imprescindível para garantir alguma credibilidade aos estudos políticos, pois ignorá-lo de todo é tão equivocado como reduzir tudo a ele. A própria consideração acerca do “terrorismo” ou “fundamentalismo” precisa, necessariamente, desse crivo crítico.

## **A Questão Palestina e a atualidade da desmistificação do Oriente Médio**

Se eu tivesse escrito hoje “Oriente Médio desmistificado” é evidente que algumas passagens seriam distintas, como no tocante à “Primavera Árabe”, deflagrada enquanto a publicação do livro já estava em seu momento final. Contudo, analisando a obra retrospectivamente à luz de meus estudos mais recentes sobre a Questão Palestina, creio que o plano e objetivo geral do livro se mantêm válidos. No caso, compreender e denunciar a barbárie perpetrada no Oriente Médio, seja pelas forças ocidentais diretamente, seja por meio de seu apoio ou consentimento. Hoje, daria mais peso à atuação dos agentes locais, sem ignorar esses vínculos, mas reconhecendo que podem estar ausentes em algumas circunstâncias. Especificamente sobre a Questão Palestina, ela parece ser, em vários sentidos, anacrônica, como por manter atualmente operante uma empresa colonialista e racista, passível de ser enquadrada em tipificações legais como “colonialismo”, “apartheid” e “limpeza étnica”, sendo essas três categorias proscritas pelo direito internacional e conflitantes com o quadro ético e político que deve fundamentar as relações entre os Estados e destes com os cidadãos sub-

metidos a seu poder. Contudo, como não temos um controle nem previsão do futuro, tampouco sabemos se as atrocidades lá praticadas tendem a desaparecer, por serem violações flagrantes do direito internacional dos direitos humanos, ou caso se generalizarão, enfraquecendo a credibilidade das normas internacionais que asseguram a dignidade humana. De todo modo, a barbárie perpetrada pelo Estado de Israel com o beneplácito dos EUA e as narrativas hegemônicas sobre ela mantêm a temática central de “Oriente Médio desmistificado” de uma atualidade de difícil contestação. Afirmo com segurança que, boa parte dessa continuidade se deve à manutenção da mesma estrutura econômica e política internacional, com seus reflexos e divisões regionais, fundadas no sistema capitalista internacional e na disputa por mercados. Os mais altos ideais e valores assegurados pela legislação internacional têm pouca validade quando confrontados com interesses econômicos e políticos das potências.

Os esforços de ideologização e exploração do senso comum acerca do conflito em Israel/Palestina, de que se trata de um conflito milenar, insolúvel, ou do direito à autodefesa israelense contra o terrorismo palestino, dão suporte à continuidade do colonialismo e racismo inerentes aos sionismos e a seu Estado, Israel. Para me ater a um único documento da extensa produção ligada à ONU acerca da ocupação israelense, em 2014, o relator especial designado pelo conselho de direitos humanos da ONU para apurar as violações contra a população palestina, Richard Falk, defendeu que as práticas israelenses correspondem à prática do crime internacional de apartheid, em consonância com os “objetivos de limpeza étnica” do sionismo. Em 2017, um relatório produzido por outro órgão da ONU corroborou a constatação de Falk acerca do apartheid. Oren Yiftachel, em sua obra “Etnocracia”, descreve a especificidade da versão israelense de apartação racial. Vale citar trechos de Falk (2014, p. 20):

Parece incontestável que as medidas israelenses de fato dividem a população dos Territórios Palestinos Ocupados com base em crité-

rios raciais, criam reservas separadas para os palestinos e expropriam sua terra [...] políticas, leis e práticas israelenses sistemáticas e discriminatórias, que determinam onde nos territórios ocupados os palestinos podem ou não viajar, viver e trabalhar [...] Os efeitos combinados das medidas formuladas para garantir a segurança dos cidadãos israelenses, facilitar e expandir os assentamentos e, ao que parece, anexar terras, é *hafrada*, discriminação e opressão sistemática do povo palestino e domínio sobre ele. (FALK, 2014, p. 20, grifo do autor, tradução nossa).

As conclusões de Falk são contundentes. Além de, atualmente, estar em curso nos TPO uma situação análoga ao *apartheid*, ou *hafrada* (em hebraico), “Manter indefinidamente uma ocupação opressiva contendo muitos elementos punitivos também parece designado a encorajar os residentes a deixarem a Palestina, o que é consistente com os evidentes objetivos anexionistas, colonialistas e de limpeza étnica de Israel”. Falk (2014, p. 14), igualmente, expressa uma preocupação quanto à colonização da linguagem empregada nas narrativas sobre o conflito.

Contudo, quando comparamos essas constatações com as narrativas midiáticas hegemônicas sobre o conflito, o que inclui relatórios de organizações internacionais supostamente neutras, sentimo-nos como diante de duas realidades incompatíveis. Fala-se em guerra centenária, luta milenar, “conflito”, ou violações recíprocas do direito internacional humanitário, equivalendo o poderio militar e as ações das forças armadas de um poderoso Estado com as de uma milícia como o Hamas. Em contrapartida, a realidade é a de uma sistemática, duradoura e gradativa segregação racial e limpeza étnica, vigorando uma completa assimetria entre Israel e os grupos de guerrilheiros e a Autoridade Palestina, que resistem a essa lógica segregacionista, operada por um Estado nacional moderno, que dispõe inclusive de armamento nuclear e de forças armadas preparadíssimas e com equipamento militar de ponta. Se há dois povos, não há dois Estados, mas apenas um soberano, o Estado israelense, que controla a maior parte do território

diretamente (Israel e Cisjordânia), à distância (caso de Gaza) ou ainda por meio de estratégias de controle espacial e de reocupações intermitentes.

A gradativa expropriação das terras indígenas no Brasil é um bom paralelo para se compreender a realidade médio-oriental, até porque as metáforas empregadas são as mesmas, fundamentando-se na mesma concepção racista e colonialista das visões eurocêntricas. Ambos os territórios foram representados como vazios, desertos a serem ocupados e tornados produtivos pelos detentores da civilização. No fundo, vigora a perspectiva liberal de que a propriedade se legitima pelo trabalho, o que serviu para considerar amplas porções territoriais como “vazias” e passíveis de apropriação, dado os vínculos supostamente superficiais dos nativos com suas terras, que não seriam possuídas verdadeiramente, pois o critério único para tal é a produtividade econômica de uma perspectiva mercadológica (ou seja, a mercantilização dos territórios). Contudo, se no Brasil há uma legislação protetiva fundamentada na Constituição (não se sabe por quanto tempo, a se considerar os discursos de claro teor colonialista e racista de Bolsonaro, comparando as reservas a “zoológicos” e tecendo elogios abertos a Israel), lá a desapropriação ocorre com base em leis de segurança e na mobilização de aparatos estatais em apoio aos colonos. O próprio Estado tem agido como grileiro, desde 1967 (ou, 1948, quando olhamos para os territórios desapropriados dos “árabes-israelenses”, ou palestinos de 1948). Com base em argumentação securitária há uma discriminação flagrante no acesso à terra e à água, restringindo cada vez mais as áreas palestinas, recortadas e mantidas isoladas umas das outras para facilitar o controle. Mas, nas narrativas hegemônicas, estamos diante de um conflito milenar ou da intransigência palestina em ceder para se chegar a um acordo definitivo.

Vale reiterar aqui um ponto já observado em “Oriente Médio desmistificado”, que continua atual: como a “culpa ocidental” pelo “O Holocausto” (erigido à condição de paradigma da barbárie, quando é

mais uma dentre tantas atrocidades praticadas no século XX), cria uma excepcionalidade a favor do projeto sionista. Essa representação hegemônica do genocídio perpetrado pelos nazistas - que conforme Zygmunt Bauman (1998) dificulta inclusive a compreensão correta das relações entre modernidade, holocausto e barbárie - foi e ainda é instrumentalizada pelos sionismos para legitimar a criação e as guerras promovidas por Israel, assim como para invisibilizar o sofrimento palestino. Assim, o holocausto histórico, uma verdadeira tragédia para diferentes grupos étnicos e políticos (especialmente, mas não exclusivamente europeus de fé judaica), difere de sua representação hegemônica pelos sionismos, chamada de “O Holocausto” por Norman Finkelstein, ele próprio filho de sobreviventes<sup>2</sup>. Assim como Nasser era o “Hitler do Nilo” e, de forma completamente desproporcional e surreal, Arafat, o nazista que se escondia no “bunker” formado pela OLP em Beirute e, atualmente, o Hamas representa a continuidade do nazismo, ainda que a população de Gaza viva há mais de uma década em uma situação análoga em muitos pontos justamente àquela dos judeus reduzidos ao Gueto de Varsóvia, podendo, em uma ótica provocativa, a resistência islâmica palestina ser tão responsabilizada pelo sofrimento da população civil quanto a liderança da resistência judaica ao nazismo fora em sua época.

Apesar de todas as evidências, do espesso volume de documentação produzida por diferentes ONGs e órgãos internacionais, da multiplicação de pesquisas críticas no Brasil e no mundo e de uma narrativa crítica que ganha espaço via redes sociais, chama a atenção a ainda assustadora ignorância na academia brasileira quanto à Questão Palestina. Portanto, a necessidade de “desmistificar” as temáticas médio-orientais permanece atual, pois se de 2010 para cá ocorreram avanços, contudo, eles estiveram muito aquém do necessário. Destacamos um fato, que ilustra a situação. Na assembleia final do XXIX Simpósio Nacional de História, promovido pela Associação Nacional de História

---

<sup>2</sup> Cf: FINKELSTEIN, 2006.

(ANPUH) - que é a principal entidade da área, reunindo profissionais do país inteiro - e realizado em Brasília, em 2017, eu e um colega submetemos à aprovação uma “Moção em defesa da Palestina”, sendo solicitado à entidade que: “Manifeste sua consternação e condene as violações de direitos humanos praticadas nos Territórios Palestinos Ocupados, em especial o crime de apartheid” e “Reafirme a distinção entre antissemitismo e antissionismo, assim como a relevância das pesquisas na área, dando visibilidade a seus resultados”. A Assembleia aprovou esta moção e, pouco antes, outra de teor anticolonial semelhante, repudiando o caráter “genocida” da **“política indigenista oficial de promover a violação de direitos dos povos indígenas no Brasil”**. **A distinta reação da mesa diretora diante de ambas, encorajando a de tema mais familiar para nós brasileiros e manifestando certa consternação diante da primeira, elucida a importância de avançarmos nas pesquisas sobre Oriente Médio e as divulgarmos, a fim de que as diferentes expressões de barbárie, bem compreendidas, sejam denunciadas sem espantos.**

Esse breve balanço pessoal e autocrítica a meu primeiro livro (que sofreria modificações se escrito hoje, ou se fosse reeditado), assim como a organização e publicação dessa obra coletiva são a continuação desse esforço contra-hegemônico iniciado lá atrás, com “Oriente Médio desmistificado”. Ou seja, ainda estamos dando o “Combate pelo Oriente Médio”, para afirmar a legitimidade e necessidade desse campo de pesquisa e enfrentar as representações orientalistas arraigadas no senso comum e, não raro, veiculadas nos discursos propagados pelas mídias hegemônicas, ou mesmo alternativas.

## **Itinerário e fontes de minhas pesquisas a partir do Brasil**

Desde o começo, ainda antes de “Oriente Médio desmistificado”, a internet tem sido crucial para minhas pesquisas. Tanto compras de livros impressos em sites internacionais quanto downloads de livros digitalizados possibilitaram o acesso a referencial bibliográfico, em

grande medida, indisponível no Brasil. Há assim a possibilidade de se acompanhar os mercados editoriais específicos de diferentes países, desde que haja condições financeiras e sejam superadas as barreiras linguísticas. Paralelamente, a internet oportuniza ainda o acesso a vários bancos de dados, seja da ONU, seja de organizações governamentais ou não governamentais, que constituem riquíssima fonte de pesquisa. Em “Oriente Médio desmistificado”, parte das fontes é da mídia internacional, outra provém de documentos digitalizados (como o acordo Sykes-Picot, as correspondências McMahon-Hussein e o Tratado de Versalhes e seus desdobramentos) e disponibilizados em diferentes sites e uma terceira é oriunda de livros de pensadores médio-orientais, como Sayyid Qutb, comprados via internet.

Minha pesquisa geral sobre Oriente Médio e específica sobre o Partido Nacionalista Social Sírio (tema de mestrado) foi muito motivada pela origem étnica comum de minha família materna e paterna, e pelo enorme interesse de meu avô, pai do meu pai, sobre esses assuntos. Na graduação, devido a uma atividade sobre “documentos em acervo familiar” acabei descobrindo que meu bisavô materno havia escrito um diário sobre sua vida, que cobria desde o período de sua infância e juventude em Nazaré até sua vinda para o Brasil. Fiz várias entrevistas e escarafunchei outros documentos que foram surgindo acerca da vinda e instalação de minha família materna no Paraná, o que resultou em meu trabalho de conclusão de curso. Durante essa pesquisa ouvi várias versões oficiais, que tinham respaldo na documentação familiar, que incluía um livro sobre a história da família. O patriarca, Nacim Bacila, sujeito de meu TCC, é descrito como um reservatório das mais altas virtudes humanas. Contudo, posteriormente, quando a ameaça da história sobre a memória já havia passado, passei a ouvir, sempre em conversas informais, relatos até então guardados a sete chaves. A trajetória de Nacim é muito mais interessante do que a ilibada memória oficial da família quer representar. Estou em débito com essa revisita temática, que pretendo fazer algum dia, mas antecipo que



o velho Bacila parece ter se apropriado de práticas culturais e, possivelmente, sexuais que remetem aos tempos da escravidão no Brasil.

Pouco após a conclusão dessa pesquisa, quando ainda pensava em como dar continuidade a meus estudos e formação, meu avô paterno veio a falecer, não muito tempo depois de minha avó, sua esposa. Em verdade, sua essência e alegria também morreram junto com ela, somente seu corpo teimou em durar mais algum tempo. Décadas de amor pesaram mais do que a vida, tornada insuportável. Foi-se meu avô e amigo, mas não meu interesse pelo Oriente Médio. Além da coleção de músicas árabes, herdei também sua biblioteca, repleta de livros de história, sociologia, filosofia e, claro, temas médio-orientais. Uma brochura me chamou muita atenção, de autoria do intelectual sírio-libanês Antoun Saadeh, sobre o Partido Nacionalista Social Sírio. Este se tornou o tema de meu mestrado, em torno de história intelectual e política. Quase finalizada esta etapa, já comecei a pesquisar a Questão Palestina, ainda em 2010, motivado pela barbárie da operação Chumbo Fundido e pelas duras críticas feitas às práticas israelenses pela bibliografia especializada e crítica, além do próprio Saadeh.

O sofrimento civil oriundo dessa operação contra Gaza me motivou a aprofundar minhas pesquisas na área, de forma que tentei ingressar em um programa de doutorado, com projeto sobre o tema. Contudo, as portas que bati não se abriram. Ou o projeto foi insuficiente, ou, talvez, na concepção de algumas pessoas, alguns fatos presentes, demasiado incômodos para certas perspectivas estreitas acerca da barbárie no século XX, não possam ou mereçam ser pesquisados. Não foram tempos fáceis. A cada dia tinha que superar o fantasma de tocar uma pesquisa sem interlocução e perspectiva de orientação, salvo contatos com os professores Jamil Zogueib e José Henrique Rollo. As negativas me levaram a desenvolver a pesquisa sobre Gaza sozinho, e por fora da institucionalidade acadêmica formal. O resultado foi meu segundo livro, “Sionismo, modernidade e barbárie: vida e morte na Faixa de Gaza” (2012), que bem poderia ter sido meu doutorado, e a ideia

era essa. Claro que esse material precisa de uma boa revisão, mas em essência, a tese ali defendida é a mesma do doutorado “oficial”, que avançou na exploração da documentação já descoberta anteriormente, nos sites da ONU e de ONG’s internacionais e regionais. A restrição espacial e temporal do livro (Gaza, 2005 a 2010) foi superada no doutorado “oficial”, estendendo-se meu objeto para todo o período da ocupação israelense, e abrangendo tanto Gaza quanto a Cisjordânia. Penso que, em verdade, meu doutorado durou de 2010 a 2017 e resultou em duas obras. Não reli na íntegra o segundo livro, com medo de acabar simplesmente o reproduzindo na tese e ser acusado de plagiar a mim mesmo. Tratou-se de uma ampliação, com algumas revisões pontuais, haja vista que a bibliografia principal se manteve, praticamente, a mesma.

O livro saiu em 2012 e a tese em 2017. Em 2013, decidi que era hora de viajar até Israel/Palestina para ver *in loco* a realidade estudada. Confesso que, mesmo após já ter lido vários relatórios e livros, ainda tinha dificuldades em acreditar (talvez não querendo enfrentar o risco de abalar o que restar de fé na humanidade) no que encontraria em termos de barbárie. Assustava-me a possibilidade de me deparar com as tais estradas exclusivas e com o processo gradativo de limpeza étnica e apartheid. O breve tempo passado no Vale do Jordão dirimiu qualquer dúvida remanescente e me tornou ainda mais comprometido com a denúncia da barbárie, em vez de me paralisar. Fui sem ter nenhuma garantia que conseguiria entrar, pois não eram poucas as histórias que tinha ouvido de pessoas que foram barradas em decorrência de seu ativismo ou pesquisas. Contudo, superei sem muitas dificuldades as sessões de interrogatório a que fui submetido na fronteira, incluindo a figura da oficial boazinha e da malvada. Na saída, a mesma tensão, aumentada pelo fato de que, enquanto estive no Vale do Jordão, tive que dar meu passaporte a militares israelenses para averiguação. Na entrevista para ingresso no doutorado me perguntaram se eu estava disposto a ir para lá pesquisar *in loco* e expliquei a situação e

minha incerteza de conseguir retornar, acaso fosse imprescindível, acrescentando que sequer via necessidade para tal, pois por meio dos relatórios conseguiria desenvolver a pesquisa que havia proposto ao programa.

Para avançar nessa temática, iniciada ainda em 2010, tive que aprender a navegar pelo site da ONU, que contém um acervo documental impressionante, que remonta aos anos 1940. Há desde resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança ou Assembleia Geral até atas das discussões, com a intervenção dos países médio-orientais, e relatórios produzidos por diferentes comissões e órgãos, dos anos 1960 em diante. Desde o início da ocupação israelense de Gaza e da Cisjordânia, em 1967, o tema gerou uma relatoria específica anual da Comissão de Direitos Humanos, posteriormente elevada à categoria de conselho. Tal documentação ilumina diferentes aspectos do cotidiano dos Territórios Palestinos Ocupados e das práticas israelenses, desde censura até maus-tratos e tortura sistemática. Um material riquíssimo e, relativamente, pouco explorado, que também permite paralelos com outras situações de exceção legal e violência, como as ditaduras no Cone Sul, guerras coloniais ou o apartheid na África do Sul. O acervo da ONU sobre o colonialismo israelense tampouco se limita a essa comissão especial. Há, paralelamente, documentos de especialistas e comissões especiais formuladas para fins específicos e ligadas a diferentes órgãos da ONU. Há ainda o acesso a bancos de dados de organizações não governamentais, tanto internacionais quanto locais, muitas das quais relatam de forma sistemática e seriada os acontecimentos locais, desde 1960, algumas com recortes temáticos específicos.

As possibilidades de abordagem são infinitas. Portanto, o grande desafio de se pesquisar o Oriente Médio e a Questão Palestina a partir do Brasil provém não mais da distância, mas, justamente, da imensa disponibilidade de material, o que implica na necessidade de se recortar com precisão o que se quer pesquisar, a fim de não se perder na extensa massa documental. Quanto à bibliografia, se já há uma sig-

nificativa produção brasileira, é possível acessar obras e periódicos especializados de diferentes partes do globo, inclusive locais. Boa parte dos textos está na língua inglesa. Para quem domina idiomas locais, há ainda a vantagem de se acessar bancos de dados específicos, como um site com depoimentos de inúmeros palestinos sobre a Nakba ou relatórios de ONGs locais publicados em línguas como árabe e hebraico.

De todo modo, hoje, já não se justificam as velhas desculpas de alguns orientadores amedrontados com a ousadia de seus alunos, tentando dissuadi-los a não pesquisarem Oriente Médio pela complexidade do tema ou dificuldade de acesso a fontes e referências.

## Referências

ABDEL-MALEK, A. **La pensée politique arabe contemporaine**. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

BAUMAN, Z. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1986.

CARDOSO, C. F. Introdução. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CHARTIER, R. **A história hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1966/1105>>. Acesso em: 09 set. 2018.

FINKELSTEIN, N. **A indústria do Holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ROJAS, C. A. A. **Os Annales e a historiografia francesa**: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault. Maringá: EDUEM, 2000.

SAHD, F. B. **Oriente Médio desmistificado**: fundamentalismo, terrorismo e barbárie. Curitiba: CRV, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sionismo, modernidade e barbárie**: vida e morte na Faixa de Gaza. Curitiba: Graciosa, 2012.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **The Question of Palestine**. New York: Vintage Books, 1992.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR WESTERN ASIA. **Israeli Practices towards the Palestinian People and the Question of Apartheid**. Beirute: United Nations, 2017. Disponível em: <[https://www.middleeastmonitor.com/wp-content/uploads/downloads/201703\\_UN\\_ESCWA-israeli-practices-palestinian-people-apartheid-occupation-english.pdf](https://www.middleeastmonitor.com/wp-content/uploads/downloads/201703_UN_ESCWA-israeli-practices-palestinian-people-apartheid-occupation-english.pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967**, Richard Falk. United Nations: UN, 2014. Disponível em: [http://blog.unwatch.org/wp-content/uploads/A-HRC-25-67\\_en-Falkfinalreport\\_Feb2014.pdf](http://blog.unwatch.org/wp-content/uploads/A-HRC-25-67_en-Falkfinalreport_Feb2014.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2014.

WEIZMAN, E. **Hollow Land**: Israel's architecture of occupation. London: Verso, 2007.

YIFTACHEL, O. **Ethnocracy**. Land and identity politics in Israel/Palestine. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.